

-----**ATA N.º 23/2014**-----

-----Aos 29 dias do mês de outubro de 2014, pelas 10 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----Manuel António de Almeida Portugal;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Victor Martins Santos; -----

-----Maria do Céu Neves Martins Louro. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS**-----

-----**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 17/9/2014 (ATA COM PERDA DE QUÓRUM)**-----

-----Foi presente a ata n.º 20, da reunião ordinária do Executivo de 17/9/2014, para conhecimento. -----

-----**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 22/9/2014**-----

-----Foi presente a ata n.º 21, da reunião ordinária do Executivo de 22/9/2014, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, por não ter comparecido à mesma.**-----

-----**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 1/10/2014**-----

-----Foi presente a ata n.º 22, da reunião ordinária do Executivo de 1/10/2014, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação -----

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por unanimidade.**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento do mapa das candidaturas.-----

-----De seguida referindo-se à paragem do autocarro, na Rua Luís Vaz de Camões deu conhecimento de que foi contactado pelo Senhor Diretor do Agrupamento, relativamente ao projeto e, na altura, informou que se tratava de uma candidatura, que teria de cumprir com o caderno de encargos da mesma.-----

-----Posteriormente, em reunião do Conselho Municipal de Educação, o Senhor Vereador do Pelouro, perante a insatisfação da Associação de Pais e do Agrupamento, referiu que iria analisar o assunto e reequacionar a estrutura. -----

-----Disse que se encontra aberto a sugestões e que a solução decerto irá ser encontrada, pese embora, tenha estado atento às estruturas desta natureza colocadas em concelhos vizinhos e que são semelhantes à que se encontrava junto à Escola Sacadura Cabral. -----

-----Referiu que lamenta o ato de vandalismo de que foi alvo esta estrutura, tendo sido derrubada e destruída. Trata-se de dinheiro do erário público que está ser deitado fora, pensa que as pessoas têm todo o direito

de discordar, mas não é desta forma que se resolvem os assuntos, o civismo deve sempre imperar. -----

-----Referiu que, na versão preliminar do OE, vislumbra-se a intenção do governo transferir competências para as autarquias, nas áreas da saúde e educação, que, a concretizar-se, na sua opinião, será o fim das autarquias, pelo menos daquelas que não têm recursos financeiros, nem pessoal qualificado para gerir estas áreas. -----

-----Agradeceu a comparência de todos no Festival do Borrego e deu conhecimento de que existem já outros municípios a avançarem com iniciativas idênticas, quer para o Festival do Borrego, quer para o da Castanha. Congratula-se pelo facto de Celorico da Beira ter tido a iniciativa de dinamizar os produtos endógenos do concelho. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que não se revia e condenava o ato de vandalismo praticado. Disse que tal como foi assumido pelo Senhor Vice-Presidente na reunião do Conselho Municipal de Educação espera que a situação seja revista. -----

-----Quanto às transferências para os municípios, manifestou-se contra e não entende, porque o governo aplica medidas de estrangulamento dos municípios e de seguida acrescenta-lhes competências. Considera que isto não é estrangular os municípios é, simplesmente reduzi-los a nada. -----

-----Relativamente ao Festival do Borrego disse que tinha estado presente e tinha gostado, congratulou-se com as reportagens que tinham sido feitas pela RTP, durante o evento. Espera que o Festival da Castanha corra igualmente bem. -----

-----Alertou o Senhor Presidente de Câmara para o facto de a rotunda que foi feita na Ratoeira poder ser uma zona de acidentes, porque há um número considerável de população envelhecida e que facilmente poderá entrar em contramão na autoestrada. Disse que também não compreendia a funcionalidade do separador que está debaixo da ponte. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que na próxima reunião trará o projeto para que os Senhores Vereadores possam analisar. Disse que a rotunda será devidamente sinalizada.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. DGAL - DIRECÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS**-----

-----**ASSUNTO: REALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DO FUNDO DE APOIO MUNICIPAL**-----

-----Foi presente, para conhecimento, ofício da DGAL, com registo de entrada n.º 8650, de 1/10/2014, dando conhecimento de que, no âmbito do FAM a contribuição do Município de Celorico da Beira é de 452.198,52€.----

-----Informam que de acordo com a lei, a realização do montante será efetuado em 7 anos, pelo que, nos orçamentos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 deverá esta autarquia prever uma despesa com ativos financeiros de 64.600€.-----

-----Relativamente ao assunto, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** ditou para a ata o seguinte: -----

-----“O XXI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, realizado em Santarém, em 23 de novembro de 2013, deliberou que:-----

-----A criação do Fundo de Apoio Municipal (FAM), pela forma como está indiciado o seu financiamento, impõe uma restrição à autonomia local, impedindo a livre administração das receitas que são dos municípios. A correção das assimetrias entre municípios deve ser estabelecida através dos critérios de redistribuição. A eventual contribuição obrigatória dos municípios para o FAM coloca em causa a posição dos próprios contribuintes nas autarquias, as quais passam a ter de aplicar os recursos, que deveriam ser utilizados em favor dos seus munícipes, para benefícios dos munícipes de outras autarquias. -----

-----O FAM será importante para os municípios que, para além do PAEL se viram obrigados a recorrer a empréstimos de reequilíbrio financeiro com taxas de juro muito elevadas no mercado. O FAM deverá permitir substituir estes empréstimos por uma solução com taxas mais reduzidas. O FAM deve ser configurado como um fundo que realiza incumbências do Estado, não das autarquias locais. Por isso, deve existir uma participação exclusiva do Estado na constituição do FAM. O saldo não utilizado do PAEL deverá reverter para a constituição do FAM. -----

-----O modelo de constituição do capital do FAM e as exigências impostas aos municípios que a ele recorram não só agravará a situação dos municípios, que passam a ficar sujeitos à eventual criação de novas taxas, como colocará em maior risco o já precário equilíbrio financeiro de diversas autarquias. -----

-----Estamos perante uma clara violação do princípio da autonomia do poder local. Além da questão que pode ser considerada “inconstitucional” o FAM provoca uma distorção nas capacidades de endividamento das autarquias. “Somos obrigados a emprestar dinheiro ao Estado, mas cortam-nos, na mesma medida, a capacidade de endividamento”, palavras proferidas pelo Presidente da Câmara de Viana do Castelo. -----

-----Entende-se que o modelo de constituição do capital FAM e as exigências impostas aos municípios que a ele recorram, agravará a situação dos municípios, bem como colocará em maior risco o já precário equilíbrio financeiro das autarquias, bem como a sustentabilidade do tecido industrial e comercial do nosso concelho. -----

-----A lista do governo indica que são 19 as autarquias sobreendividadas que têm de recorrer ao FAM. Para outras, 23, mais concretamente, o recurso ao FAM é opcional. Assim, cabe ao Município de Celorico da Beira, de 2015 a 2020, pagar o valor de 452.198,52€, o que é uma incongruência.

-----Ocupando o 15.º posto das 19 referidas, importa salientar que o Município de Celorico da Beira requereu o Plano de Reequilíbrio e do PAEL, encontrando-se a aguardar decisão do Tribunal de Contas. Ora, das 15

Câmaras referidas temos situações que recorreram ao PAEL/Reequilíbrio, sendo que, Celorico da Beira não tendo ainda “usufruído” dessas medidas está numa luta desigual. Assim, os critérios adotados (não são iguais para todos) levam-nos a desconfiar, questionando se toda esta situação não será uma questão política. Celorico está no mesmo patamar das Câmaras que usufruíram do reequilíbrio e do PAEL? Não está, e questiono o porquê dos critérios serem iguais para Celorico da Beira? Certamente e quando da análise efetuada tiveram em conta as obras que estão a ser finalizadas, nomeadamente, a Biblioteca Municipal, a EN16, esta, no valor de 1 milhão de euros? Contando com esse valor como dívida, sabemos que a mesma deixará de ser contabilizada aquando do seu término (praticamente concluída). Assim, e sem a ajuda do PAEL/reequilíbrio Celorico da Beira não figuraria nos “19 magníficos”; esta política de imposição, a par do Jornal i e de alguns propagandistas (poucos) iniciaram um trabalho a curto/médio prazo tendo como meta o ano de 2017 (ano de eleições). -----

-----Por esta via quem sairá prejudicado será o concelho de Celorico da Beira, as famílias, as crianças, os próprios funcionários e terceiros. Ter um gestor e dois vogais na Câmara de Celorico a tentarem gerir (duma forma desastrosa, como fez este governo com a extinção de freguesias), o que não conhecem, é matar o Interior e mais concretamente este Concelho. ----

-----Finalizo com uma questão. O governo não tinha uma meta (em termos de deficit) definido e para cumprir, acordado com a Troika? Não irá cumprir, isso, nós já sabemos; e quais são as sanções aplicadas aos Senhores Governantes? Nenhuma, sendo um mau exemplo. Exemplo é o que o Poder Local tem feito (Juntas e Câmaras), que demonstraram no último ano que a má situação do país afinal não é culpa das autarquias, pelos dados apresentados, mais concretamente, pela redução da dívida. ----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que era contra o FAM nos moldes em que está desenhado, porque não está ajustado à realidade dos municípios. -----

-----Disse que o endividamento das autarquias deve-se em grande parte à execução de obras que contribuíram para o desenvolvimento da região e agora estão a ser penalizados por terem realizado essas mesmas obras.----

-----É da opinião de que deveria ser feita, por parte da tutela, uma análise de forma a aferirem se as obras realizadas, foram em benefício das populações, contribuindo para o desenvolvimento da região e, consoante as conclusões, assim deveriam agir relativamente à necessidade de integrarem o programa FAM. -----

-----Disse que neste município não se aplica, porque fez um investimento social muito considerável e nunca deveria ser incluído, para além de que a análise foi feita tendo como base o ano de 2012, anterior à aplicação da Lei dos Compromissos. -----

-----Reiterou que o FAM só deveria ser aplicado depois de o Estado verificar se os municípios não estavam a encetar esforços para reequilibrar as contas. -----

-----Na sua opinião, o FAM é um garrote, limitando a ação das autarquias a uma mera gestão corrente. -----

-----A Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** disse que a constituição consagra a autonomia do poder local, mas a realidade é que este governo tem vindo, cada vez mais, a subtrair esse direito, impondo regras que acabarão por “afundar” financeiramente os Municípios. -----

-----Disse que as Câmaras Municipais não são instituições bancárias, não têm que financiar outras entidades e é um contrassenso exigir que ajudem, financeiramente, quando tem dificuldades para fazer face às suas próprias despesas. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que subscreve o que foi dito pelos Senhores Vereadores. Disse que estão a empurrar esta autarquia para o FAM, uma vez que o Tribunal de Contas não homologa os programas de reequilíbrio e PAEL, porque pretende que a EMCEL seja

encerrada. Disse que não quer contribuir para um desastre social em Celorico da Beira, empurrando famílias para o desemprego, que não terão depois outra alternativa senão abandonarem o concelho.-----

-----Concorda que o governo deveria fazer um estudo nos municípios e verificar se os investimentos que foram feitos contribuíram para o desenvolvimento da região. E, no caso de Celorico da Beira aferirem se estão no bom caminho para cumprir os requisitos e os pressupostos para dar continuidade ao PAEL e reequilíbrio.-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que a EMCEL cumpre os requisitos exigidos por lei para se manter a funcionar. Se querem fechá-la que mudem a lei e encerrem-na por decreto. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que enquanto puder irá manter a EMCEL a funcionar, porque não vai recorrer a serviços privados, em detrimento de postos de trabalho.-----

-----**2. GRUPO PARLAMENTAR DO PCP**-----

-----**ASSUNTO: INTERVENÇÃO DO PCP NO DEBATE DO PJI/XII - PROTEÇÃO DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COMUNS À ÁGUA - INICIATIVA LEGISLATIVA DE CIDADÃOS**-----

-----Foi presente, para conhecimento, ofício do Grupo Parlamentar do PCP, com registo de entrada n.º 9039, de 13/10/2014, sobre o assunto em título. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que, com esta reforma, dos dezanove sistemas multimunicipais, ficarão somente cinco. Celorico da Beira irá integrar as Águas do Tejo. -----

-----É da opinião de que os Municípios deveriam estudar esta reforma em conjunto.-----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que as autarquias estão a transformar-se em cobradores em nome de terceiros. O valor da água ultrapassa em muito o valor económico, tem um valor ambiental, um valor social e um valor que é, por natureza, vital para todos os seres vivos. O Governo, porém, concentra a sua política na exploração do seu valor financeiro, num contexto de apropriação por privados.-----

-----A reestruturação do sector das águas, o PEAASAR II e no enquadramento da chamada entidade reguladora, que consiste na criação de um mercado privado que se apropria de um bem público para vender de acordo com a acumulação de lucro. -----

-----A privatização é uma opção desastrosa. -----

-----Em primeiro lugar, porque retiram a gestão da água da intervenção democrática dos cidadãos, que elegem os órgãos de soberania, mas não elegem os membros dos conselhos de administração das empresas privadas.-----

-----Em segundo lugar, acrescenta aos custos da água, o custo do lucro dos acionistas, aumentando preços.-----

-----Em terceiro lugar, a qualidade do serviço tenderá a degradar-se, quanto menos investimento for realizado e quanto menos trabalhadores houver, mais lucro terão.-----

-----No cumprimento dos preceitos da Constituição da República Portuguesa e para garantir em Portugal a universalidade do direito humano à água e ao saneamento reconhecido pelas Nações Unidas, que Portugal subscreveu mas não verteu na legislação nacional nem pratica universalmente no território.-----

-----A entrega da água a grandes grupos económicos representa a abdicação do interesse nacional por um governo que se comporta como comissão de negócios que vende o país a retalho.-----

-----Concluiu dizendo, que basta olhar para Portugal e pensar o que seria hoje da nossa água se estivesse entregue a um grupo monopolista, como por exemplo, o Espírito Santos.-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que era contra a privatização de responsabilidades do Estado, quando esses serviços podem ser melhor desenvolvidos por serviços de proximidade (caso das autarquias).-----

-----Disse que as parcerias públicas/privadas representam para o erário público, valores exorbitantes e continuam a insistir nesse modelo. -----

-----**3. ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL**-----

-----**ASSUNTO: AS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL VENCERAM O PRÉMIO INTERNACIONALIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO 2014 -**-----

-----Foi presente, para conhecimento, ofício das Aldeias Históricas de Portugal, com registo de entrada n.º 9107, de 14/10/2014, sobre o assunto em título. -----

-----**4. JUNTA DE FREGUESIA DE PRADOS**-----

-----**ASSUNTO: FESTIVAL DA CASTANHA/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**-----

-----Foi presente ofício da Junta de Freguesia de Prados, com registo de entrada n.º 9011, de 10/10/2014, a solicitar a atribuição de um subsídio para a realização do Festival da Castanha, no valor de 3.000€.-----

-----Estimam um custo total de 9.300€, distribuídos pelos seguintes itens; aquisição de castanha, 7000€, ingredientes para almoço 600€, animação 500€, jeropiga para o magusto 200€, vinho para o almoço 200€, funcionários 500€ e licenças 300€. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, atribuir um subsídio no valor de 3.000€ à Junta de Freguesia de Prados, para apoiar a realização do Festival da Castanha. -----

-----**5. SECÇÃO DE AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E FAMÍLIA** -----

-----**ASSUNTO: REFEIÇÕES E TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO 2014/2015 – PROTOCOLOS**-----

-----Foi presente informação da Secção de Ação Social, Saúde e Família, com registo interno n.º 2902, de 16/10/2014, remetendo para aprovação os protocolos celebrados com as IPSS's, para fornecimento de refeições e transporte escolar para o ano letivo de 2014/2015.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os protocolos celebrados entre o Município de Celorico da Beira e as IPSS's signatárias, para fornecimento de refeições e transporte escolar, para o ano letivo de 2014/2015.-----

-----**5.1 ASSUNTO: PEDIDO DE TRANSPORTE**-----

-----Foi presente informação da Secção de Ação Social e Família, com registo interno n.º 2925, de 17/10/2014, dando conhecimento de que foi solicitado transporte para que a menor Melissa Maria Martins Ferreira, possa frequentar as sessões de Hipoterapia na CERCIG da Guarda. Mais informa que o valor do transporte em ambulância é de 26,52€ por dia, já com desconto de 20% de sócio. -----

-----O Gabinete de Ação Social é de parecer que se conceda apoio financeiro para a menor poder frequentar 1 vez por semana as referidas sessões, visto a menor ter paralisia cerebral. -----

-----Assim, o valor global estimado para o transporte da menor até julho de 2015 é de 848,64€, sendo que os dias que a menor não possa frequentar não serão pagos, ficando a encarregada de educação de

apresentar comprovativos da frequência das sessões, bem como, no final de cada mês o recibo referente ao transporte efetuado. -----

-----**Nos termos propostos pela informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, efetuar o pagamento do transporte da menor Melissa Maria Martins Ferreira, a uma sessão, por semana, de hipoterapia, na CERCIG – Guarda, até julho de 2015, num valor global estimado de 848,64€, sendo que os dias em que a menor não possa frequentar não serão pagos.** -----

-----**5.2 ASSUNTO: ISENÇÃO DE TARIFA DE 1.ª LIGAÇÃO DE CONTADOR** -----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, datada de 16/10/2014, com o registo interno n.º 2903, dando conhecimento de que o munícipe identificado na mencionada informação solicitou a bonificação prevista no Capítulo VII, Bonificações, art.º 46.º, Isenções, alínea c), “Tarifa de 1.ª colocação do contador.” -----

-----Depois de analisado o pedido e de acordo com o Regulamento Municipal de Abastecimento de Água e o Regulamento para Situações de Carência, art.º 3.º, o GAS propõe que o munícipe usufrua da bonificação solicitada. -----

-----**A Câmara, com base na informação técnica, deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento de tarifa de colocação de contador, o requerente Amadeu da Silva Santos.** -----

-----**6. SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES** -----

-----**ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO EM NOME DE JOSÉ AUGUSTO PEREIRA ESPÍRITO SANTO, SITO NA QUINTA DAS INGOTAS, CELORICO DA BEIRA, FORNOTELHEIRO** -----

**-----PROCEDIMENTOS RELATIVOS À TRAMITAÇÃO BUROCRÁTICA,
NO ÂMBITO DE REGISTO EFETUADO NA CONSERVATÓRIA DO
REGISTO PREDIAL -----**

-----Foi presente informação técnica com registo interno n.º 9032, de 13/10/2014, sobre o assunto identificado em título. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, dar conhecimento à Conservatória do Registo Predial que fica sem efeito a anulação da caducidade do alvará de loteamento n.º 2/2007, ficando este alvará em vigor, com as características e condições mencionadas no mesmo.-----

-----7. SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-----

**-----ASSUNTO: PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE ESTADO PARA
2015 - MOBILIDADE INTERNA INTERCARREIRAS -----**

-----Foi presente informação da Secção de Recursos Humanos, datada de 20/10/2013, com o registo interno n.º 2948, referindo que se encontram em Mobilidade Interna Intercarreiras 3 trabalhadoras deste Município até 31/12/2014.-----

-----Informa que segundo a proposta de orçamento de Estado para o ano 2015, no seu artigo 51.º: -----

-----“1. As situações de mobilidade existentes à data da entrada em vigor da presente lei, cujo limite de duração máxima ocorra durante o ano de 2015, podem, por acordo entre as partes, ser excecionalmente prorrogadas até 31/12/2015.-----

-----2. A prorrogação excecional prevista no número anterior é aplicável às situações de mobilidade cujo termo ocorre em 31/12/2014, nos termos do acordo previsto no número anterior. -----

-----3. No caso de acordo de cedência de interesse público a que se refere o n.º 1 do artigo 243.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20/6, a prorrogação a

que se referem os números anteriores depende ainda de parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública. -----

-----4. Nas autarquias locais, o parecer a que se refere o número anterior é da competência do órgão executivo.” -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou se todos os funcionários estavam efetivamente a desempenhar as funções descritas da informação, senão, caso fosse uma benesse, considera que não existe equidade entre todos os funcionários. A não ser que o serviço que estão a desempenhar não possa ser feito por outros trabalhadores.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que, trata-se de funções que são desempenhadas exclusivamente por estes funcionários, porque caso contrário não tinham outros trabalhadores para desempenhar essas funções.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, proceder à prorrogabilidade da Mobilidade Interna Intercarreiras, até 31/12/2015, das trabalhadoras com os números mecanográficos 233, 252 e 303.** -----

-----**7.1 ASSUNTO: ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DIREITO AO CONSUMO - PROPOSTA DE PROTOCOLO** -----

-----Foi presente informação técnica com registo interno n.º 2693, de 30/9/2014, remetendo para análise a proposta efetuada pela Associação Portuguesa de Direito ao Consumo, para celebração de um protocolo de cooperação com o Município, para adesão à rede de apoio ao consumidor. -

-----O Senhor **Presidente da Câmara** depois de, auscultada a opinião dos restantes Vereadores considera que, a subscrição deste protocolo não

traz grandes benefícios aos munícipes, uma vez que em caso de necessidade podem contactar diretamente a Associação através do número verde da mesma e o Gabinete de Ação Social da Autarquia poderá, caso seja solicitado, fazer esse contacto. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, não subscrever a proposta de protocolo apresentada pela Associação Portuguesa de Direito do Consumo. -----

-----7.2 **ASSUNTO:** FORMAÇÃO AÇÃO "QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL" - NORMA DE CONTROLO INTERNO -----

-----Foi presente informação interna n.º 2543, de 15/9/2014, remetendo para análise e aprovação a Norma de Controlo Interno do Município de Celorico da Beira. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Norma de Controlo Interno do Município de Celorico da Beira. -----

-----7.3 **ASSUNTO:** PROGRAMA DE RESCISÕES POR MÚTUO ACORDO NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL-----

-----Foi presente informação interna n.º 2949, de 20/10/2014, dando conhecimento que o funcionário João António Ferreira Lobo solicitou rescisão por mútuo acordo, nos termos da Portaria n.º 209/2014, de 13/10. -

-----Nos termos do n.º 3, do artigo 10.º, foi presente proposta do Senhor Presidente da Câmara, bem como nos termos e de acordo com o n.º 1 do artigo 8.º, ambos da citada Portaria, foi remetido parecer a declarar que o posto de trabalho ocupado pelo requerente não é essencial para a prossecução das atribuições cometidas ao Município de Celorico da Beira. -

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de acordo de cessação de contrato de trabalho, entre o Município de Celorico da Beira e o trabalhador João António Ferreira Lobo. -----

-----7.4 **ASSUNTO:** PROTOCOLOS DE FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO - INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA-----

-----Foi presente informação técnica com registo interno n.º 2800, de 7/10/2014, remetendo para aprovação os protocolos a celebrar entre o Instituto Politécnico da Guarda e o Município de Celorico da Beira, para a realização de estágios curriculares.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os protocolos a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e o Instituto Politécnico da Guarda, para a realização de estágios curriculares, não remunerados, no Município, nas áreas descritas nos mesmos.-----

-----8. **SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**-----

-----**ASSUNTO:** PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO EXERCIDO POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA-----

-----Foi presente informação interna com registo n.º 2886, de 14/10/2014, remetendo do projeto de regulamento identificado em título, para ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal, após ter sido efetuada a apreciação pública.-----

-----Nos termos da Lei, a Câmara deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Projeto de Regulamento Municipal da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentário Exercido por Feirantes e Vendedores Ambulantes do Concelho de Celorico da Beira. -----

-----**9. SECÇÃO DE CONTABILIDADE**-----

-----**ASSUNTO. 6.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2014**-----

-----Foi presente informação interna n.º 3007, de 24/10/2014, da Secção de Contabilidade, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, dando conhecimento de que a 6.ª alteração ao Orçamento e GOP's de 2014, tem como objetivo assegurar dotação orçamental para o pagamento de indemnizações e ajuste de valores referentes a empréstimos.-----

-----Informa ainda, que foram efetuados diversos ajustamentos noutras rubricas de despesa de acordo com as previsões de despesa a realizar, conforme consta dos mapas anexos.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos aprovar a 6.ª alteração ao orçamento e GOP's de 2014.**-----

-----**9.1 ASSUNTO: CONCURSO PÚBLICO DE "FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA" - APROVAÇÃO DE MINUTAS DE CONTRATO**-----

-----Foi presente informação técnica n.º 81, de 24/10/2014, remetendo, para aprovação as cláusulas das minutas dos contratos referente à adjudicação do Lote I – Baixa Tensão Especial e do Lote II – Baixa Tensão Normal Superior a 6,9 Kva à GALP POWER, referente ao concurso público de “Fornecimento de Energia Elétrica no Concelho de Celorico da Beira”. ---

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar as cláusulas das minutas dos contratos referente à adjudicação do Lote I – Baixa Tensão Especial e do Lote II – Baixa Tensão Normal Superior a 6,9Kva, à GALP POWER,**

relativas ao Concurso Público de “Fornecimento de Energia Elétrica no Concelho de Celorico da Beira”. -----

-----**9.2 ASSUNTO: ORÇAMENTO, GOP’S E MAPA DE PESSOAL PARA 2015**-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** submeteu à consideração do Executivo a proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal, para o ano de 2015, para análise e aprovação do Executivo, documentos cujas cópias se anexam a esta ata, considerando-se integralmente reproduzidos e que ficam arquivados em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----De seguida deu a palavra ao Técnico Superior, José Tavares para fazer a apresentação do orçamento. -----

-----Começou por referir que os documentos apresentados tinham sido elaborados de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). O orçamento tem em conta a situação de desequilíbrio financeiro estrutural do Município de Celorico da Beira, pelo que tem por base a Plano de Reequilíbrio Financeiro já aprovado pela Assembleia Municipal e que aguarda aprovação das entidades fiscalizadoras. -----

-----No que diz respeito às receitas correntes relativas a impostos, taxas e tarifas foram calculadas segundo o critério do ponto 3.3 do POCAL, que obriga a utilização da média aritmética dos últimos 24 meses anteriores à elaboração do orçamento, bem como a utilização de valores previstos no plano de reequilíbrio financeiro do município. -----

-----Relativamente às despesas correntes, as que são relativas a bens e serviços foram calculadas tendo em conta a despesa estimada para 2015 (tendo por base as despesas de setembro de 2013 a setembro de 2014). À semelhança do ano anterior, 2015 será marcado por uma grande contenção nestas despesas, pelo que deverão continuar a existir medidas de contenção de custos e despesas. -----

-----Os valores da despesa tiveram como limite os montantes da receita efetiva esperada para 2015, bem como os limites que constam no plano de reequilíbrio financeiro do Município. -----

-----Tendo em conta o reequilíbrio financeiro do Município, o orçamento para 2015 tem em conta essencialmente a despesa efetiva, que se prevê realizar nesse ano, de acordo com as receitas disponíveis, o que faz com que o orçamento tenha um valor de cerca de 8.746.353,00€, em contraste com os 8.778.340,00€ de 2014. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que esta diminuição do valor do orçamento face ao ano anterior é sinal da adaptação à realidade dos orçamentos do Município, que visa a contenção orçamental mas que, ao mesmo tempo, procura dar resposta às necessidades dos munícipes, apesar das dificuldades financeiras. -----

-----Relativamente às despesas de capital, as obras projetadas estão retratadas no PPI, mas só serão realizadas se forem financiadas por fundos comunitários e a prioritária é a construção dos Centros Escolares. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** colocou algumas questões, nomeadamente, a que se devia o aumento significativo do IMI, relativamente ao ano anterior, bem como da Derrama; a faturação da água registava uma diminuição, bem como encargos com órgãos de soberania. Mais uma vez notou que se regista um aumento significativo na rubrica do gasóleo, bem como nas “Rendas e Concessões”. -----

-----Em resposta às questões, o Técnico Superior José Tavares esclareceu que o aumento do IMI ficou a dever-se às reavaliações, a derrama teve um aumento significativo porque foi o primeiro ano que o Município cobrou e recebeu esta taxa. A diminuição da rubrica da água e saneamento deve-se, em primeiro lugar, há redução da taxa de saneamento e também, porque se têm registado alguns cortes de contador.

-----Quanto aos encargos com os órgãos de soberania ficou a dever-se ao facto de no ano passado os encargos com o Chefe de Gabinete estarem incluídos nessa rubrica e este ano terem recebido orientações para que passa-se a figurar em “Pessoal em Funções”.-----

-----Relativamente às “Rendas e Concessões” diz respeito ao contrato com a MRG.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por felicitar o Técnico Superior, José Tavares, porque o orçamento em termos técnicos estava muito bem elaborado, contudo irá votar contra, porque uma vez mais, não é apresentada a orientação política e estratégica que se pretende alcançar com o orçamento. Disse que tem que se percorrer as GOP's para se conseguir destrincar algumas das prioridades do Município. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que a estratégia do Executivo está cingida às regras e restrições que são impostas pelo governo. Frisou que a grande prioridade deste Executivo são os Centros Educativos, investimento que está explícito nas GOP's. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** no que respeita ao orçamento disse que é notório que o Executivo tentou ajustar-se à realidade. Referiu que poderiam existir dois tipos de orçamentos: um, realista, onde se demonstra que o Executivo está preocupado com o Concelho e, um outro, que para se executar teria que se “atropelar” a Lei dos Compromissos. -----

-----Frisou que têm que estar atentos ao novo quadro comunitário, porque os prazos para submeter candidaturas são muito curtos, daí a necessidade de haver algumas rubricas abertas para esses fins.-----

-----Referiu que, com este orçamento, pretende-se não dar um passo maior que a perna, foi feito tendo em conta as dívidas, os compromissos e os limites de endividamento. Claro que gostariam de ter grandes obras, mas

este Município já tem algumas é agora necessário mantê-las e dinamizá-las. --- -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos e uma abstenção do Senhor Vereador Manuel Portugal, aprovar o Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal, para o ano de 2015.-----

-----Mais deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal, para cumprimento do estipulado na alínea a), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/13, de 12/9, a proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2015. -----

-----10. SECÇÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO-----

-----ASSUNTO: APROVAÇÃO DE DOIS SINAIS DE TRAVESSIA DE ANIMAIS (A19a)-----

-----Requerente: Freguesia de Açores e Velosa -----

-----Foi presente informação técnica com registo interno n.º 3000, de 24/10/2014, dando conhecimento de a Junta de Freguesia de Açores e Velosa solicitou a colocação de um sinal de proximidade de animais, à entrada de Açores, por cima da ponte da A25. -----

-----Informa que após a deslocação ao local foi verificado a necessidade da colocação do sinal, pelo que propõe a aprovação de dois sinais A19a, devidamente registados e cadastrados. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de dois sinais A19a, devidamente registados e cadastrados, no local sinalizado e nos termos da informação técnica. -----

-----10.1 ASSUNTO: PORTARIA N.º 53/2014, DE 3 DE MARÇO DE 2014 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A PARCÓMETROS COLETIVOS-----

-----Foi presente informação interna com registo n.º 3003, de 24/10/2014, dando conhecimento de que nos termos da Portaria n.º 53/2014, conjugada com o artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013, com o Decreto-Lei n.º 209/2009 e com a Lei n.º 12-A/2008, a decisão de abertura de procedimento concursal para a contratação de prestação serviços de manutenção e assistência técnica a parómetros coletivos tem de ser sujeita a parecer prévio vinculativo do órgão executivo, tendo em conta as condições constantes do n.º 4 e 11, do art.º 73.º, da Lei n.º 83-C/2013, conjugado com o art.º 3.º, da Portaria n.º 53/2014. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável, para abertura de procedimento concursal, para a contratação de prestação de serviços de manutenção e assistência técnica a parómetros coletivos, nos termos constantes da informação técnica.**-----

-----**10.2 ASSUNTO: CORTE DA VIA PÚBLICA, NA CARRAPICHANA PARA O "VII FESTIVAL DO BORREGO" - PLANTA DE SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIA – RATIFICAÇÃO**-----

-----Foi presente informação técnica com registo interno n.º 3002, de 24/10/2014, submetendo para ratificação o despacho do Senhor Presidente da Câmara, com o seguinte teor: “Deferido. À reunião de Executivo para Ratificação”, constante da referida informação e relativo ao assunto em título. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, constante da informação técnica.**-----

-----**10.3 ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE HORÁRIO EM SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, JUNTO AO CENTRO CULTURAL**-----

-----**Local: Avenida da Corredoura - Celorico da Beira**-----

-----Foi presente informação técnica com registo interno n.º 3004, de 24/10/2014, dando conhecimento que o sinal C15, com um painel adicional modelo 7c, com registo n.º 197, colocado na Avenida da Corredoura, junto ao Centro Cultural terá que ser alterado, de forma a ficar ajustado ao horário da Escola EB 2,3 Sacadura Cabral.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a alteração do painel adicional modelo 7c, com registo n.º 197, localizado junto ao Centro Cultural, nos termos constantes da informação técnica.**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12:25h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei.-----